

Banco Mumbuca: a experiência do Banco Comunitário Popular de Maricá

TAIS OLIVEIRA DE FREITAS

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)

FREDERICO JOSÉ LUSTOSA DA COSTA

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)

ELZA MARINHO LUSTOSA DA COSTA

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)

Banco Mumbuca: a experiência do Banco Comunitário Popular de Maricá

1 INTRODUÇÃO

A economia solidária consiste em uma forma alternativa de se pensar e praticar a economia, baseada nos princípios da solidariedade, cooperação e autogestão. Ao disseminar seus valores, promove a inclusão de grupos marginalizados e também as práticas de organização coletiva em nível comunitário, o exercício da participação social e o incentivo a práticas alternativas ao mercado convencional, mais ajustadas às necessidades de âmbito local e aos seus contextos.

No Brasil, dois importantes fatos que impulsionaram as iniciativas nesse campo foram: a realização do primeiro Fórum Social Mundial, em 2001, em Porto Alegre/RS, e a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), durante o primeiro governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (Lula), em 2003. Desde então, a Economia Solidária, antes adstrita à ação comunitária no âmbito da sociedade civil organizada, passou a fazer parte da agenda de políticas públicas, sobretudo no âmbito municipal.

Este trabalho investiga a atuação do Banco Comunitário Popular de Maricá, o Banco Mumbuca, de iniciativa do governo municipal que, por meio da Lei Municipal 2.448, de 26/6/13, instituiu o Programa Municipal de Economia Solidária e criou o Banco Mumbuca, que operacionaliza a primeira moeda social eletrônica do país utilizada por meio de um cartão magnético – a moeda Mumbuca.

Segundo o entendimento atual, uma das condições indispensáveis à criação de um banco comunitário de desenvolvimento é que ela parta do desejo intrínseco da comunidade, ou seja, que haja uma mobilização endógena, de dentro para fora (SILVA JUNIOR E FRANÇA FILHO, 2009) para a sua criação e gestão. Mesmo não sendo a única condição, a demanda da comunidade, especialmente, é citada por diversos autores como condição essencial para a criação de um BCD (Banco Comunitário de Desenvolvimento). O processo de criação de um banco comunitário, desde a sua concepção, passando por sua implementação e gestão, envolve um alto grau de participação da comunidade da qual ele emerge e para a qual ele existe. Sem a participação social e o envolvimento das pessoas torna-se mais difícil a operacionalização de um banco comunitário convencional.

Levando-se em consideração esse aspecto destacado pelos principais autores a respeito do tema, o trabalho busca compreender a seguinte questão: *de que forma o processo de criação e concepção do Banco afeta na sua inserção e no estabelecimento de um vínculo social com a comunidade na qual atua?* Ainda nesse sentido, o estudo tem como objetivo principal avaliar se a experiência induzida de economia solidária, com a criação de um banco comunitário partindo de um movimento exógeno, de cima para baixo (DINIZ, 2014) é (1) legítima e (2) viável.

O caso do Banco Mumbuca, em especial, chama a atenção por se tratar de um banco comunitário que partiu de um processo exógeno de concepção e criação, como parte de uma política pública, e que enfrenta desafios para se tornar parte integrante de fato da comunidade em que atua. Essa peculiaridade no seu processo de criação torna-se um aspecto relevante que contribui para o estudo da economia solidária inserida no âmbito da Administração Pública - dimensão ainda pouco explorada teoricamente.

É importante que se ampliem os debates, principalmente em um contexto de crise econômica, política e social - momento oportuno para destacar a importância de formas alternativas de se pensar e praticar economia. Além disso, a discussão contribui para construir alternativas que possibilitem oportunidades reais em contextos de escassez de crédito, desemprego e acentuação das desigualdades sociais.

2 COMPREENDENDO CONCEITOS IMPORTANTES

O referencial teórico foi escolhido com base na teoria crítica das organizações, iniciando pelo conceito de Paraeconomia, passando pela economia solidária, moeda social e, por fim, pelos bancos comunitários. Todos esses temas contribuem para a análise sobre a viabilidade e legitimidade do Banco Mumbuca e se constituem em bases para a compreensão das formas alternativas de se conceber e praticar economia.

2.1 A Paraeconomia de Guerreiro Ramos

A partir de uma crítica à sociedade unidimensional também abordada por Marcuse (1973), Alberto Guerreiro Ramos (1989) apresenta, em *A Nova Ciência das Organizações*, a ideia do *Paradigma Paraeconômico*, um modelo multicêntrico de análise dos sistemas sociais para contrapor à perspectiva centrada no mercado e no utilitarismo. A teoria abre espaço para que formas de interação econômica alternativas ao mercado sejam levadas em consideração como dimensões significativas da atividade humana. O modelo é baseado em uma racionalidade substantiva, valorativa, menos instrumental, menos centrada no mercado, em que novas dimensões da vida humana associada possam ser consideradas e valorizadas.

De Paula (2007, p. 183) diz que, para Guerreiro Ramos, o contexto das organizações econômicas e do mercado não é suficiente para atender aos diversos interesses e às necessidades sociais e individuais, já que estes são regidos por uma lógica que negligencia a subjetividade humana e se organizam segundo uma racionalidade funcional e utilitarista que extrapola o ambiente da organização econômica e do mercado e tende a ser a força modeladora e organizadora da vida das pessoas.

O Paradigma nos leva a pensar sobre formas alternativas e socialmente efetivas de aplicação de recursos. Ele critica o enfoque utilitário e instrumental que rege a formulação de políticas públicas, as decisões sobre alocação de recursos e também a visão da economia dual, que coloca de um lado a orientação para o lucro e, de outro, os sistemas de orientação mútua, estabelecendo uma visão limitadora do potencial de desenvolvimento de uma nação.

França Filho (2010, p.184) cita que paraeconomista é todo ator social que se propõe a criar e a atuar em cenários alternativos aos propostos pelo mercado. O autor destaca a forte relação da Paraeconomia de Guerreiro Ramos com a abordagem polanyiana e sua visão sobre a economia. Assim como Polanyi (2000), Guerreiro Ramos não aborda de forma sistemática o conceito de economia plural, mas este pode ser claramente inferido quando se observa a forma crítica pela qual o autor analisa o funcionamento da economia convencional e propõe um modelo de múltiplos enclaves, alternativo e complementar ao modelo hegemônico, sem necessariamente negá-lo.

A ideia presente no conceito de Paraeconomia ajuda a refletir sobre a importância de formas alternativas de organizações econômicas e de alocação de recursos públicos, como no caso do Banco Popular de Maricá. Instituições como essa são inseridas em uma dinâmica de atuação paralela ao mercado, de forma diferenciada, valorizando aspectos mais substantivos e menos materiais nas relações econômicas e sociais que se estruturam ao redor delas.

2.2 Economia Solidária – Fronteiras e Conceitos

Compreender o conceito e as fronteiras é importante neste estudo para que seja avaliada a forma de atuar do Banco Mumbuca que o insere em um contexto de economia solidária. Antes de abordar o contexto em que desponta o que tem sido chamado de “novas formas de economia”, serão estabelecidas algumas fronteiras conceituais relevantes a respeito do *terceiro*

setor, economia social, economia solidária e economia popular, a fim de ajudar a esclarecer o papel que desempenham essas práticas na sociedade (FRANÇA FILHO, 2002).

O conceito de terceiro setor é de origem anglo-saxônica e é representado pelas “organizações sem fins lucrativos”. Surge de um contexto em que se percebe o desengajamento do Estado em termos de ação pública, relacionando-se mais à ideia de filantropia do que à ideia de um Estado social (FRANÇA FILHO, 2002, p. 11). Compreende, segundo Salamon e Helmutk (1996, p. 2), as organizações formais, privadas, independentes, que não distribuem lucros e que admitem certo nível de participação voluntária. França Filho (2002) ainda acrescenta que essas organizações não devem ser políticas nem religiosas.

A ideia de economia social teve origem no contexto europeu de luta da classe operária, na primeira metade do século XIX, no combate à superexploração e às condições precárias de trabalho que se impunham nos primórdios do capitalismo. Emana das experiências associativistas, influenciadas pelo ideário da ajuda mútua, da cooperação e da associação, sendo essas as formas encontradas pela classe trabalhadora de resistência popular aos arranjos econômicos centrados no mercado. Foi o embrião da concepção moderna de solidariedade, via função redistributiva do Estado e proteção social (FRANÇA FILHO, 2002, p. 11). De maneira geral:

O termo economia social serve, inclusive, para designar, de um ponto de vista jurídico, o universo constituído por quatro tipos organizacionais fundamentais: as cooperativas, as organizações mutualistas, as fundações e algumas formas de associação de grande porte (FRANÇA FILHO, 2002, p. 13).

Partindo do mesmo ideal de concepção, a economia solidária pode ser vista como uma reconceitualização da economia social, na medida em que vem reafirmar o projeto político de sociedade (idealizado na concepção inicial da economia social), nas suas práticas. Ela vem reconhecer “uma outra possibilidade da sustentação das formas de vida de indivíduos em sociedade, não-centrada nas esferas do Estado e do mercado” (FRANÇA FILHO, 2002, p. 13).

França Filho (2002) diz que a economia solidária é caracterizada fortemente por iniciativas que possuem no centro de suas ações valores solidários, de ajuda mútua, de combinação entre formas mercantis, não-mercantis e não-monetárias e de ação coletiva, em que uma comunidade age, por meio da construção conjunta da demanda e oferta, para resolver seus próprios problemas sociais e econômicos não atendidos pelo Estado ou mercado.

Apesar da grande barreira às iniciativas que apontam outras formas de se fazer economia, barreira esta criada como autodefesa do próprio sistema capitalista neoliberal para que este sobreviva como sistema dominante, por meio da reprodução dos seus meios de produção (ALTHUSSER, 1970), é importante o florescimento de iniciativas diversas situadas no campo da economia solidária, pois, mesmo que de forma incipiente, são formas que se colocam como alternativas às formas dominantes de se praticar a atividade econômica, e que tentam responder a demandas que vêm sendo sistematicamente negligenciadas pela prática econômica convencional.

2.3 Moeda social

As inovações sociais dentro das finanças solidárias trouxeram uma nova perspectiva de prática de formas alternativas de economia inserida em uma lógica de mercado paralela à forma dominante, de forma a envolver diversos atores, como consumidores, fornecedores e comerciantes que, atuando coletivamente, são capazes de mudar realidades sociais de maneira ativa. A moeda social é um importante instrumento dentro das finanças solidárias, que permitiu operar essa dinâmica de uma economia alternativa e autogestionária, ao ser gerida pelos clubes de troca e bancos comunitários.

Singer (2009, p. 69) entende que as finanças solidárias são a parte do sistema financeiro que, unindo tanto entes públicos como privados, não têm como objetivo final o lucro e a concorrência, mas, sim, o de atuar como alternativas para o atendimento das necessidades da parcela da população marginalizada e excluída que, muitas vezes, não encontra o apoio necessário nas outras duas partes do sistema. Para ele, as finanças solidárias têm sido fator essencial para o autodesenvolvimento de comunidades pobres e excluídas socialmente, auxiliando, assim, na consecução de um dos objetivos da economia solidária, que é o de conduzi-las à sua emancipação.

Presta e Landaburu (2014) reforçam que, na década de 1930, em meio à crise, houve o surgimento de diversas experiências de utilização de moedas sociais em países como Estados Unidos, Canadá e na região da Europa Ocidental e, na década de 1990, na Argentina, com experiências notáveis. No Brasil, a primeira experiência bem-sucedida de moeda social foi a do Banco Palmas, com a moeda “Palmas”. Há outras moedas sociais de circulação local, como a moeda “Prevê”, do Banco Comunitário do Preventório, situado na cidade de Niterói/RJ; a moeda “Bem”, do Banco do Bem, criado em 2005, no Espírito Santo.

As moedas sociais, assim como a moeda convencional, vêm passando por um processo de transformação. Hoje, já é possível encontrar, além da moeda no formato de cartão magnético, como o cartão Mumbuca, do Banco Comunitário Popular de Maricá, moedas sociais eletrônicas, como é o caso do “E-dinheiro”, que é um meio de pagamento digital, implementado em 2015, operado por qualquer smartphone, também utilizado pelo Banco Mumbuca e desenvolvido pelo Banco Palmas, pela RBBC e a empresa de *software*, “Moneyclip”, com a qual o Instituto firmou um Termo de Cooperação Técnica.

A função econômica de uma moeda social é indissociável da sua função social e cultural (PRESTA e LANDABURU, 2014, p. 157), o que evidencia que a sua eficiência está diretamente ligada ao nível de envolvimento que a própria comunidade e seus usuários estabelecem com esse instrumento. O envolvimento, por sua vez, é ligado a como a comunidade percebe seu contexto e como concebe a moeda social como meio de atender as necessidades emergentes desse contexto. A existência de alternativas como a moeda social ajuda a contemplar as necessidades emergentes de realidades sociais diversas não atendidas pelos meios tradicionais, como ações governamentais e mercado, sobretudo o financeiro, contribuindo para o desenvolvimento social local e para a difusão dos valores econômicos solidários.

2.4 Bancos Comunitários de Desenvolvimento

Bancos comunitários de desenvolvimento são um tipo de inovação social na área de Finanças Solidárias. Pode-se entender a inovação social como "um novo elemento de criatividade advindo da cooperação e da participação ativa de iniciativas cidadãs, capaz de criar políticas participativas que surgem como propostas de solução às circunstâncias negativas" (KLEIN, 2012, *apud* BITTENCOURT e RONCONI, 2016, p. 798), como é o caso das comunidades de baixa renda ou em situação de extrema pobreza, vulnerabilidade e exclusão social. Nessas comunidades, o banco comunitário atua, não só como apoio financeiro, mas como promotor do desenvolvimento local, articulando e desenvolvendo a relação entre produtores, comerciantes e consumidores, e criando uma rede dinâmica na economia local, em que a comunidade é chamada a fazer parte e a conduzir esse processo de forma ativa.

No Brasil, o primeiro banco comunitário a ser criado oficialmente foi o Banco Palmas, da cidade de Fortaleza - CE, fundado em 1998 pela ação da associação de moradores do Conjunto Palmeiras. Com o sucesso da iniciativa, foi criado o Instituto Palmas de

Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária, em 2003, que sistematizou, e agora dissemina a metodologia de implementação e gestão de bancos comunitários. Atualmente, o Instituto administra a Rede Brasileira de Bancos Comunitários (RBBC), que articula todos os bancos comunitários criados no Brasil a partir de uma metodologia própria, que certifica e acompanha a prestação de contas de 103 BCD's em todo o país.

O Instituto Palmas tornou-se referência no Brasil e no exterior, e define os bancos comunitários de desenvolvimento (BCD's) como "serviços financeiros solidários, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária". São estruturados a partir de dinâmicas associativas locais (FRANÇA FILHO e SILVA JUNIOR, 2009) e baseados em relações de proximidade desenvolvidas dentro de uma comunidade ou localidade específica. São organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP), sem fins lucrativos e, portanto, não se enquadram na mesma categoria dos bancos comerciais convencionais, possuindo uma razão de existir e modo de operar diferenciados.

Em relação à operação dos BCD's, França Filho *et al.* (2012, p. 504) destacam quatro características básicas: (1) coordenação e gestão dos recursos feitas por uma organização de base comunitária, geralmente, uma associação (2) as linhas de microcrédito para consumo e produção são providas por taxas de juros justas, com o objetivo de gerar renda e trabalho dentro da comunidade (3) as garantias de empréstimos e a cobrança são baseadas em relações de vizinhança e de solidariedade, impondo um controle que é muito mais social do que econômico (4) são estabelecidos instrumentos alternativos para estimular o consumo doméstico local, como cartões de crédito locais e moedas sociais, que devem ser reconhecidas por produtores, comerciantes e consumidores como meio eficaz para a dinamização da economia local.

França Filho e Silva Jr. (2009) destacam que uma das condições indispensáveis para a criação de um BCD é que haja a mobilização endógena ao território. Os autores dizem que mesmo que haja aporte de recursos de outras instituições para a criação ou funcionamento do banco comunitário, "o início de um BCD deve se dar a partir do desejo intrínseco da comunidade, ainda que existam motivação e processos de estimulação por parte de agentes externos" (*ibid.*, p.32).

A questão é reforçada por Rigo *et al.* (2015, p. 86) ao enfatizarem que a gestão coletiva dos recursos e das atividades nos BCD's marcam a sua existência enquanto tecnologia social apropriada pela comunidade em duas etapas cruciais – na sua criação e no desenvolvimento e condução das suas ações, e explicam que nessas etapas as reuniões e decisões coletivas, envolvendo os membros da comunidade, são partes essenciais desses do processo de criação e condução das atividades dos BCD's.

Essa característica é essencial para as atividades de um BCD, pois o alcance dos objetivos principais depende de um alto grau de envolvimento, identificação e participação do seu público-alvo, além de acesso a fontes diversas de recursos para sua implantação e manutenção. Diferente dos sistemas convencionais, a proposta é que o banco comunitário seja uma iniciativa autogestionada, ou seja, com gestão horizontal e envolvimento dos participantes nas decisões e ações do banco, por meio de assembleias e conselhos. Esse ponto em especial será crucial na etapa de análise da relação do Banco Mumbuca com a comunidade.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS E DADOS COLETADOS

Devido à natureza do problema e dos objetivos, que envolvem a observação e análise de aspectos subjetivos a respeito do entendimento que os principais atores envolvidos possuem em relação ao banco, e de que forma isso reflete na sua atuação e relação com a comunidade, optou-se pela pesquisa qualitativa.

Em relação aos meios, esta pesquisa se vale da coleta de entrevistas, revisão da literatura sobre o tema, pesquisa documental - uma vez que recorre a fontes primárias, como leis e informações orçamentárias - e pesquisa bibliográfica, com a consulta de materiais publicados em redes eletrônicas, como as páginas oficiais das instituições envolvidas e redes sociais.

De acordo com Yin (2010), é essencial que o estudo não se limite a apenas uma fonte de dados, mas que possa contar com fontes mais variadas de evidências, contribuindo para aumentar a confiabilidade do estudo. As entrevistas são consideradas um importante instrumento de investigação social (MARCONI e LAKATOS, 2003), por meio das quais podem ser obtidas informações não documentadas, motivo pelo qual contribui para aumentar a variedade de fontes de informações na pesquisa de campo.

Foram realizadas 19 entrevistas ao todo: 10 usuários do Banco, 3 comerciantes credenciados, 3 funcionários do Banco e 3 gestores/idealizadores. As entrevistas foram do tipo semiestruturada, com perguntas abertas aos participantes. A amostra foi escolhida, considerando se tratar de um estudo de viés qualitativo, pela relevância dos papéis que os entrevistados desempenham na relação com o objeto pesquisado. Usuários, comerciantes credenciados, funcionários e gestores/idealizadores.

O quadro abaixo esclarece sobre os objetivos das perguntas feitas a cada um dos grupos entrevistados:

GRUPO	OBJETIVO DAS PERGUNTAS
Usuários/comerciantes	Identificar se o Banco é conhecido; saber que benefícios o Banco traz para cada um; identificar o nível de conhecimento sobre o Banco, seus produtos e ações; saber se há conhecimento sobre economia solidária
Funcionários	Identificar o entendimento sobre a atuação do Banco; saber como é a visão a respeito da relação do Banco com a comunidade
Gestores/idealizadores	Identificar o entendimento sobre os objetivos e a importância do Banco; saber como é a visão a respeito da relação do Banco com a comunidade; saber como é a visão a respeito das principais oportunidades e barreiras que o Banco possui; saber quais são os planos futuros para o Banco

Tabela 1 – Objetivo das perguntas das entrevistas realizadas

Fonte: Elaborado pela autora

Para proceder ao tratamento dos dados e das informações obtidas por meio das entrevistas foi adotado o método proposto por Maroy (2005), de *análise qualitativa de entrevistas, por descrição analítica*, que auxilia na construção de um esquema para ajudar a compreender os aspectos específicos que se deseja observar da relação do banco com a comunidade. O procedimento proposto é composto por três etapas: (1) descobrir/levantar o material (2) proceder a uma comparação sistemática do material (3) validar hipóteses e interpretações no decorrer da análise (MAROY, 2005, p. 124). Neste ponto, as etapas do procedimento de tratamento dos dados se assemelham ao que descreve Gil (2002), com a redução, categorização e posterior interpretação dos dados.

Seguindo os passos do método da descrição analítica, após a definição das classes dos entrevistados, na etapa 1, é necessário construir um esquema geral de análise, que consiste em identificar categorias, a partir dos dados das entrevistas e da problemática de pesquisa, de modo que possam ser correlacionadas entre si, comparadas, confrontadas, a fim de apoiar a interpretação e compreensão das informações obtidas a respeito do universo sócio-simbólico dos atores entrevistados. Através das entrevistas, é possível inferir fatos relativos a um aspecto pesquisado, sendo possível traçar uma relação entre os enunciados do discurso e o contexto no

qual são produzidos (MAROY, 2005, p 127). Categorias são, pois, conceitos que permitem nomear uma realidade presente no material recolhido (Ibid., p. 131).

O quadro 2 abaixo mostra, na primeira coluna da esquerda, as cinco categorias definidas e, na primeira linha superior, os grupos em que foram divididos os entrevistados.

	Usuários/comerciantes	Funcionários	Gestores/idealizadores
Opinião sobre produtos/serviços do Banco	Aprovam a moeda social, mas não têm conhecimento sobre os demais produtos/serviços	Visão positiva a respeito dos produtos/serviços e dos benefícios que a moeda social traz para o município	Importância estratégica dos benefícios da moeda social e o microcrédito a juro zero
Relação com o Banco	Usuários com relação restrita ao recebimento do benefício; comerciantes restritos ao credenciamento para uso da moeda social como meio de pagamento nos estabelecimentos	Demonstram orgulho de pertencer ao Mumbuca desde a sua criação; parecem estabelecer uma relação positiva com o Banco	Relação mais estratégica, menos operacional.
Percepção da relação comunidade x banco	Enxergam que a comunidade conhece a moeda social, e não necessariamente o Banco como associação comunitária	Percebem que há um distanciamento. A comunidade vê o Banco como o "banco da prefeitura"	Visão de que há um distanciamento, e de que a integração do Banco com a comunidade é o principal desafio atual
Conhecimento sobre economia solidária e BCD's	Não possuem conhecimento, ou possuem uma ideia muito vaga sobre economia solidária	Não possuem conhecimento, ou possuem uma ideia muito vaga sobre economia solidária	Demonstram bom nível de conhecimento
Ações/atividades do Banco	Não possuem conhecimento a respeito	Conhecimento restrito às campanhas de desconto pelo uso da moeda social e as de adesão	Promoção de ações no sentido da ampliação das atividades do banco

Tabela 2 – Categorias de análise por grupo de entrevistados

Fonte: Elaborado pela autora

4 BANCO MUMBUCA – UMA IDENTIDADE EM CONSTRUÇÃO

De acordo com a Categoria 1 - Opinião sobre produtos/serviços do Banco, os três grupos de entrevistados parecem estabelecer uma relação positiva com o Banco, sendo que o grupo dos usuários/comerciantes possuem a visão limitada, respectivamente, ao recebimento do benefício em moeda social e à utilização da moeda social como meio de pagamento nos estabelecimentos comerciais.

Os usuários relatam o benefício recebido tem sido parte importante da complementação do orçamento mensal familiar. A maioria diz que utiliza para comprar legumes, verduras, carnes e remédios, que o cartão Mumbuca é bem aceito nos comércios onde costumam comprar e que a moeda social é bem conhecida nos seus bairros e na cidade de forma geral.

Os gestores/idealizadores já demonstram uma visão mais estratégica sobre a importância do Banco para a comunidade, indicando como a moeda social tem a capacidade de

movimentar a economia local e como a existência do Banco ajuda a introduzir conceitos e valores de economia solidária de forma prática para a população, abrindo um novo espaço de discussão sobre formas alternativas de se pensar e praticar economia.

O gestor/idealizador 1, que é coordenador de Economia Solidária do município, diz que o principal benefício, na sua opinião, é propor uma nova forma de economia, chamar a atenção da população para o fato de haver formas alternativas à proposta pelo mercado, e o banco Mumbuca ajuda a trazer essa discussão para a realidade dessa comunidade.

O gestor/idealizador 3 destaca a importância da ação do banco para além da ajuda financeira concedida aos beneficiários. Ele fala sobre o volume de dinheiro que é injetado na economia local por meio da moeda social Mumbuca, e do impacto positivo no desenvolvimento local que isso tem o potencial de causar:

(...) ajudam colateralmente a crescer a economia local, a desenvolver a economia municipal, gerando emprego, gerando desenvolvimento, gerando um círculo virtuoso na economia local. Aquecer os mercados internos, sejam eles nacionais, dos estados ou dos municípios, é o principal antídoto contra as crises econômicas. (...)de um lado, melhora a vida da população mais pobre, que recebe diretamente o benefício; de outro lado, aquece a economia local, gerando um mercado interno mais potente (gestor/idealizador 3).

Os discursos sobre a importância e relevância das ações de economia solidária e do Banco Mumbuca encontram respaldo nos dispositivos legais criados e no orçamento do município, que também destina parte da arrecadação dos recursos dos *royalties* do petróleo para financiar essas ações.

O município de Maricá, nos seus Planos Plurianuais de 2016 – 2019 e 2018 – 2021, destinou cerca de 21 milhões de reais para a economia solidária em cada plano, somando os recursos destinados ao Bolsa Mumbuca, ao microcrédito e às demais ações de economia solidária, como organização de eventos e ações no campo. Além disso, destinou no PPA 2018 – 2021 um total de R\$ 2.323.000,00 para operacionalização do Banco Mumbuca e R\$ 625.182,00 para manutenção do Fundo de Economia Solidária.

O gestor/idealizador 2 ressalta a importância do banco Mumbuca como iniciativa pioneira na área de políticas públicas:

O Banco Mumbuca, ele iniciou um novo tipo de banco comunitário, que é uma coisa, para mim, muito boa, extraordinária e muito única. (...) ele tem um ineditismo no Brasil muito forte, e que pode dar perspectiva grande pro Brasil, que é um banco comunitário – que não deixa de ser comunitário, que é gerido pela comunidade e tem o CNPJ da sociedade civil – mas que ao mesmo tempo tem uma lei municipal, que é uma política pública de apoio a ele (gestor/idealizador 2).

Gaiger (2009) entende que iniciativas nos moldes associativos constituem um meio eficaz de resolução das desigualdades, pois proporcionam a ativação econômica dos setores desfavorecidos e ainda estimulam a ação coletiva. Algumas dessas pessoas que pertencem a esses setores, por não se enquadrarem em perfis desejados ou aceitáveis, não conseguirão ter acesso a maior parte dos serviços/produtos financeiros dos bancos tradicionais.

Um meio alternativo de inserir essas pessoas no mercado, considerando as condições de ausência de garantias reais, instabilidade financeira e vulnerabilidade social, é via economia solidária, que proporciona meios, baseados em critérios mais substantivos e menos utilitaristas, de dar acesso a serviços e produtos financeiros muitas vezes necessários. Essa possibilidade de acesso é importante quer seja por uma questão social de democratização e globalização do acesso dessa fatia da população a serviços financeiros, ou por uma questão econômica de desenvolvimento das economias locais, via ações de caráter solidário.

A análise da **categoria 2 - relação com o Banco**, é um ponto crítico na pesquisa, pois mostra que os usuários e comerciantes entrevistados estabelecem com o Banco uma relação muito restrita ao recebimento do benefício e ao credenciamento para aceitação do uso da moeda

social como meio de pagamento, respectivamente. Nenhum dos usuários entrevistados estabelecia com o banco outro tipo de relação que não fosse o recebimento do benefício.

No grupo dos gestores/idealizadores, dois entrevistados mostram estabelecer com o Banco uma relação meramente estratégica, sem contato com a parte operacional, mais concentrados na formulação de políticas de economia solidária, mas que também envolvem o Banco. Um dos entrevistados, além de atuar na esfera estratégica, acompanha de perto a parte operacional, atuando diretamente nas atividades promovidas pelo Banco e decidindo sobre suas ações futuras. Todos os entrevistados estão envolvidos, em diferentes níveis, com a criação, implementação e condução das atividades do Mumbuca.

Esse detalhe é um ponto essencial a ser considerado, visto que define uma das principais motivações que despertaram o interesse pela questão central deste trabalho. Aqui, nota-se o processo inverso do que se observa nos bancos comunitários convencionais – a comunidade em si, representada pelos usuários e comerciantes entrevistados, estabelece uma relação superficial com o banco, ainda sem profundidade de envolvimento, enquanto seus gestores e idealizadores são pessoas ligadas ao governo municipal ou de fora da comunidade. Os principais responsáveis pelos rumos estratégicos do Banco ainda continuam sendo membros que não pertencem à comunidade.

Como já citado nesta pesquisa, considerando a natureza das atividades de um banco comunitário, é fator significativo que ele seja criado e autogerido por mobilização e iniciativa da própria comunidade. É importante que a criação de um BCD parta de uma mobilização endógena ao território, e que o início se dê a partir do desejo intrínseco da comunidade, ainda que existam motivação e processos de estimulação por parte de agentes externos (FRANÇA FILHO e SILVA JR., 2009, p.32).

A **categoria 3 - percepção da relação comunidade x banco**, assim como a anterior, é fundamental nesta pesquisa, pois, a partir dela, pode-se ter uma noção mais específica do tipo de relação que o Mumbuca estabelece com a comunidade em que atua. Sua análise mostrou que os usuários percebem que a moeda social é bem aceita pelo comércio local, e que é bem conhecida em todo o município. Ao serem questionados se o Banco é conhecido, todos os usuários entrevistados responderam afirmativamente, alegando que o Banco é bastante conhecido nos seus bairros e na cidade de maneira geral. O usuário 1 respondeu que “as pessoas conhecem na cidade toda praticamente”. Ou seja, entre os usuários, existe a percepção de que o Mumbuca é conhecido pela comunidade, porém, ao cruzar com outras categorias, como as categorias 1 e 2, percebe-se que o conhecimento sobre o Banco ainda é restrito ao uso do cartão da moeda social, o Mumbucard.

Os comerciantes também demonstraram uma relação positiva com o Banco no sentido de compreender que o uso da moeda social é impulsionador do comércio local, mas continuam com a percepção da relação comunidade x banco restrita à utilização da moeda. De maneira geral, os três comerciantes entrevistados disseram que há bastante procura pelo uso da moeda nos seus estabelecimentos, e que a moeda ajuda a aumentar a visibilidade do comércio.

Os 3 funcionários entrevistados lidam diretamente com atendimento ao público, aos usuários do banco, e declaram em suas falas que a relação da comunidade com o banco ainda é muito pautada pela ideia de que o Mumbuca é o “banco da Prefeitura”, e que os usuários vão até o banco para resolver problemas ou questões relacionadas ao cartão somente. O funcionário 3, ao ser questionado sobre como a comunidade enxerga o Mumbuca, respondeu: “Hoje, eles enxergam a gente como benefício da moeda social Mumbuca. A gente tá trabalhando muito forte pra quebrar essa visão. Hoje, eles enxergam a gente assim: o banco do benefício”.

A fala do funcionário 3 reflete um aspecto crucial da relação comunidade x banco, e vai ao encontro das falas dos usuários em relação às categorias anteriores, que mostraram que o conhecimento e a relação dos usuários/comerciantes ainda são muito restritos à moeda social como um benefício concedido pelos programas de distribuição de renda do município. A

comunidade parece ter uma visão positiva, parece conhecer o Banco, mas sempre associado restritamente ao benefício, e muitos nem ao menos conhecem os demais produtos e serviços ofertados pelo Banco, como a conta corrente.

A respeito da percepção desse aspecto da relação comunidade x Banco, dois dos gestores/idealizadores entrevistados mostram a visão de que esse é hoje o principal desafio do Banco – se aproximar da população enquanto associação que existe para a comunidade, e quebrar a visão popular de que o Mumbuca é um banco “da prefeitura”, associado somente a uma ação política, o que impede as pessoas de enxergar que o Banco não se restringe ao benefício social. A fala do gestor/idealizador 2 enfatiza o sentimento da comunidade em relação ao banco como o principal desafio enfrentado atualmente:

(...) o primeiro grande desafio é, pelo fato de ser uma política pública, ele ficou muito com uma aparência pro povo de que é o “banco da Prefeitura”. Então, o primeiro desafio é fazer o povo entender que não é da Prefeitura esse banco, é um banco da cidade de Maricá, de todos os maricaenses. Ele tem um CNPJ próprio, ele tem uma direção própria, ele tem uma contabilidade própria. Mas é um processo. As pessoas, agora que começam a entender que não é da Prefeitura (gestor/idealizador 2). Tem um problema: se a pessoa não entende que o banco não é da Prefeitura, quem não gosta da Prefeitura, não vai querer o banco. Associa. Ou então, acha que, se mudar o prefeito, o banco se acaba. E não tem nada a ver uma coisa com a outra (gestor/idealizador 2).

O gestor/idealizador 1 diz que percebe que o banco ainda “engatinha” em relação à participação popular, mas que os gestores já pensam em estratégias para superar esse desafio. Além disso, há o desafio da emancipação do banco no sentido de ser sustentável financeira e socialmente, independente do governo e inserido na comunidade.

O gestor/idealizador 3 observa como principal desafio, na sua opinião, a transição que o banco tem feito de atender apenas os beneficiários dos programas de distribuição de renda do município para passar a atender a toda a população, com a introdução de novos produtos e serviços:

O Banco agora passa a fazer transações não só com os beneficiários do Mumbuca. Agora, a moeda eletrônica, ele aceita que qualquer cidadão da cidade possa comprar e vender com Mumbuca. Mumbuca tá virando uma moeda eletrônica. Isso é, inclusive, o futuro da economia mundial, da moeda no mundo, são as moedas eletrônicas, e a Mumbuca está virando uma moeda eletrônica, onde as transações, qualquer pessoa – eu ou você mesma – pode comprar Mumbuca no Banco Mumbuca e pagar em Mumbuca (gestor/idealizador 3).

As falas dos funcionários, gestores e idealizadores sobre a percepção de que a dificuldade de ser visto pela comunidade como um banco comunitário de fato, e não como um “banco da Prefeitura”, ganha importância significativa, uma vez que são pessoas envolvidas diretamente com a atuação estratégica e operacional da associação, e que poderiam, por motivos políticos ou quaisquer outros tipos de interesse de manipulação da opinião pública sobre o Banco, encobrir esse detalhe a respeito da relação Banco x comunidade. Porém, de forma contrária, foi apontado como o principal desafio atual do Mumbuca.

Confrontando a percepção da vulnerabilidade dessa relação comunidade x Banco, e as informações de que algumas iniciativas vêm sendo promovidas, no sentido de aproximar a comunidade do Banco. Na pesquisa bibliográfica, por meio das páginas oficiais do Mumbuca, do Instituto Periferia de Maricá e da Prefeitura de Maricá, além da observação dos comentários dos membros da página oficial do Banco, observa-se que algumas ações foram promovidas no sentido de uma atitude ativa do Banco em promover uma maior inserção e de iniciativas de economia solidária na comunidade.

Ao ser questionado diretamente sobre que ações estão sendo tomadas para tentar mudar a visão da comunidade a respeito do Banco, o gestor/idealizador 2 diz:

Comunicação pesada. Pesada, no limite de dinheiro que a gente tem, porque a gente tem muito pouco dinheiro. Mas o nosso slogan agora é “Banco Mumbuca é o banco de Maricá”. A moeda Mumbuca é a moeda de Maricá, não é a moeda da Prefeitura, é de todos os maricaenses. Nós, agora, fabricamos dois cartões: tem o cartão das pessoas que tem o benefício, que tem a marca da Prefeitura, muito justo, é o benefício da Prefeitura, e o cartão que não tem marca da Prefeitura nenhuma, tem só lá “Banco Mumbuca”, que é pras pessoas como eu, como você, como qualquer um que pode ser correntista. A segunda coisa é ampliando os supermercados, ampliando a rede de credenciados (gestor/idealizador 2).

A verificação das páginas eletrônicas mostra que, de fato, há adesões recentes de estabelecimentos como redes de supermercados, postos de gasolina, taxistas - comércios diversos. Também, houve a promoção e participação da associação, com seus colaboradores, em eventos como festivais da cidade, feiras livres, formação de bloco carnavalesco, aberto à comunidade, promoção de rodas de conversa e formação sobre a linha de microcrédito a juro zero, para a criação de grupos de empreendedores tomadores de crédito, mutirão para abertura de contas de feirantes da comunidade local, para participação na Feira Livre Solidária, abertura de edital para o programa “Mumbuca Futuro”, cujo objetivo é promover atividades com crianças e adolescentes das escolas públicas de Maricá, afim de estimular valores de cooperação e solidariedade, entre outras iniciativas.

Em se tratando de economia solidária, um dos fatores importantes é que a comunidade tenha consciência sobre o que é, qual a importância, como funciona e como as ações nesse campo podem ajudar a mudar a realidade social e econômica das pessoas envolvidas. Daí a relevância de analisar a **categoria 4 - conhecimento sobre economia solidária e BCD's**. Uma observação significativa é que nem os funcionários do banco, nem os comerciantes e nem os usuários demonstram uma ideia formada a respeito. Entre os funcionários do banco, ainda há uma associação direta com a atividade do banco, com a moeda social e com o pagamento do benefício social e com uma instituição voltada para os mais pobres.

Porém, entre os comerciantes e usuários, identificou-se quase total desconhecimento sobre o que é um banco comunitário de desenvolvimento e o que é economia solidária. Alguns usuários entrevistados ainda arriscaram associar a economia solidária a uma política de atendimento às pessoas mais pobres, mas, ainda assim, sem certeza do que se tratava.

Da mesma forma, na **categoria 5 - ações/atividades do Banco**, até o momento em que as entrevistas foram realizadas, os usuários e comerciantes demonstraram não ter conhecimento de atividades do Banco envolvendo a comunidade, como rodas de conversa, reuniões, ou outro tipo de ação nesse sentido, de convidar a comunidade a participar.

Esse fato evidencia um ponto importante para o problema desta pesquisa: as pessoas parecem manter uma relação de pouco conhecimento e pouca integração com o banco. A percepção dos funcionários e gestores de que as pessoas enxergam o Banco Mumbuca como “o lugar aonde se vai para resolver problemas do cartão-benefício” pareceu coerente com o fato verificado entre os usuários entrevistados, visto que nenhum deles demonstrou ter consciência de que o Mumbuca é um banco comunitário, e possui funções além do pagamento do benefício social.

As pessoas que arriscaram alguma resposta em relação à economia solidária, associaram-na a algo que existe para ajudar aos mais pobres. Pelo contexto, elas são capazes de fazer essa associação da economia solidária como uma política voltada aos mais pobres, mas não parecem ter consciência dos valores que estão por trás desse conceito.

O discurso identificado no material empírico, coletado entre os usuários e comerciantes, de desconhecimento a respeito do que é um banco comunitário, do que é economia solidária e sobre os serviços e atividades do Banco Mumbuca, mostrou-se revelador do entendimento que os entrevistados possuem a respeito do papel do Banco, que acreditam que é uma instituição voltada para a assistência social, e não uma associação da comunidade, um local que requer a

participação e envolvimento. Não enxergam no banco um local de coletividade e participação, mas um local aonde se vai para receber um benefício de assistência governamental e resolver problemas relacionados ao cartão.

O pressuposto de que o processo de criação diferenciado do Banco Mumbuca geraria dificuldades na sua atuação como banco comunitário, no sentido de gerar dificuldades de inserção do Banco na comunidade, e de que esta o enxergasse como um banco comunitário de fato foi confirmado pelas entrevistas realizadas, sendo exposto de forma direta pelos gestores/idealizadores entrevistados e, de forma indireta, pelos usuários e comerciantes entrevistados.

Nesse sentido, os discursos dos entrevistados foram coerentes, independentemente do nível de envolvimento que cada um possuía com o Banco, quer fossem usuários e comerciantes, que não mantêm uma relação de alto grau de envolvimento com as atividades do Banco, quer fossem pessoas envolvidas diretamente com a sua criação, implementação, definição de políticas e gestão. Os discursos se alinham no sentido de indicar que existe, sim, uma barreira a ser superada em relação ao estreitamento da relação banco – comunidade.

Essa barreira parece nascer do processo de criação do Banco Comunitário Popular de Maricá, que não contou com a participação popular, como indicam França Filho e Silva Jr. (2009), ao dizerem que a mobilização endógena ao território é criação indispensável para a criação de um BCD, dando ênfase à relevância da participação da comunidade neste processo de criação. A questão é reforçada por Rigo *et al.* (2015, p. 86) ao enfatizarem que a gestão coletiva dos recursos e das atividades nos BCD's marcam a sua existência enquanto tecnologia social apropriada pela comunidade em duas etapas cruciais – na sua criação e no desenvolvimento e condução das suas ações, e explicam que nessas etapas as reuniões e decisões coletivas, envolvendo os membros da comunidade, são partes essenciais desses do processo de criação e condução das atividades dos BCD's.

A ideia de que o processo de criação do Mumbuca, que partiu da Prefeitura de Maricá, afeta na forma que a comunidade enxerga o Banco e decide se relacionar com ele está presente também no discurso dos gestores/idealizadores entrevistados, de que é necessário mudar a visão que os moradores possuem de que o Mumbuca é o “banco da Prefeitura” ou o “banco do benefício”, que se coloca como barreira para que a população enxergue que o Mumbuca oferece produtos/serviços além do cartão-benefício.

A pesquisa teve como objetivo principal “*avaliar se a experiência induzida de economia solidária, com a criação de um BCD partindo de um movimento exógeno, de cima para baixo (DINIZ, 2014) é (1) legítima e (2) viável*”.

A “legitimidade” de que trata este trabalho deve ser entendida no sentido de observar se o Banco Mumbuca, desde sua concepção e origem, pode ser considerado de fato como um banco comunitário de desenvolvimento, de acordo com a teoria vigente a respeito da economia solidária e dos bancos comunitários. Não se trata, neste ponto, de discutir a legitimidade legal (amparo jurídico, constituição legal etc.) do Mumbuca, como citada em por Rigo (2014), mas da legitimidade enquanto banco comunitário, de acordo com a teoria vigente, e diante da forma como é visto pela comunidade do território em que atua.

Existe, ainda, como descreve Carvalho *et al.* (2009), uma discussão a respeito da viabilidade de instituições que operam com microcrédito, voltadas ao combate à pobreza, como é o caso dos BCD's. De acordo com os autores, há duas visões basicamente: a dos institucionalistas e a dos “welfaristas”. Os primeiros relacionam a viabilidade dessas instituições com a sua capacidade de serem sustentáveis financeiramente, ou seja, financeiramente auto-suficientes, contando, para sua sobrevivência, apenas com os recursos financeiros oriundos de suas próprias operações, o que as permite manterem-se atuando independente de subsídios.

De acordo com a base teórica pesquisada, o Mumbuca não atende à principal característica de um BCD descrita pelos autores, a de que sua criação deve partir da comunidade, ou seja, por mobilização endógena ao território (FRANÇA FILHO e SILVA JUNIOR; RIGO; INSTITUTO PALMAS).

O Mumbuca também é uma instituição que atende majoritariamente à população de baixa renda, já que esse é um dos critérios para o pagamento do benefício em forma de moeda social. Além dos beneficiários, o Mumbuca atende a toda a comunidade maricaense de forma inclusiva, não excludente, dando a oportunidade para que qualquer pessoa, independente de critérios de renda ou garantias, possua uma conta corrente, e utilize os serviços do banco.

Os serviços e produtos oferecidos pelo banco estimulam o consumo local e o desenvolvimento endógeno do território. Atendendo a aproximadamente 15.000 famílias, como previsto no PPA do município, o programa injeta na economia aproximadamente R\$ 2.000.000,00 por mês que são necessariamente revertidos em consumo no comércio local, e que ainda retornam para a comunidade, pelo pagamento da taxa por transação realizada, em forma de microcrédito a juro zero. É uma forma de promover a circulação da moeda social, de estimular o consumo interno e ainda difundir os valores de economia solidária.

O Mumbuca foi constituído amparando-se em uma lei municipal, que também instituiu a criação de um conselho gestor e de um Fundo de Economia Solidária, que proveria parte dos recursos necessários à sua operacionalização.

Dessa forma, pode-se dizer que o Mumbuca não é, segundo a teoria vigente e os fatos verificados neste estudo, um banco comunitário convencional, mas um caso novo, uma hibridação entre público (porque partiu do governo) e o privado (porque se constituiu como associação de direito privado), que reúne diversas características de um banco comunitário convencional, e que é um importante modelo de utilização alternativa de recursos privados para atender às necessidades dos mais pobres e fortalecer o desenvolvimento local, mas não se constitui originalmente como um banco comunitário convencional.

Na discussão sobre viabilidade, um dos desafios da economia solidária para se consolidar como meio viável de organização e prática econômica é a aquisição de um certo nível de institucionalização (FRANÇA FILHO, 2007, p. 168), e a inserção da economia solidária no campo das políticas públicas, seja por meio de programas, seja por iniciativas como o banco comunitário popular de Maricá, contribuem para reforçar esse caráter institucional necessário para a consolidação desse instrumento como meio viável de alteração da realidade social e da forma como se estabelecem as relações econômicas.

O Mumbuca tem se mostrado viável, dentro do seu contexto de atuação, como iniciativa induzida de economia solidária, uma vez que ainda conta com o apoio do governo municipal, que transfere a maior parte dos recursos necessários à sua manutenção. No mais, é importante que se leve iniciativas como o Banco Mumbuca a frente, mas buscando sempre diversificar sua atuação, como forma de atingir mais cidadãos e solidificar a atuação do Banco dentro dessa comunidade. Como destacou França Filho (2007), a inserção da economia solidária nas ações governamentais, mais especificamente, na agenda das políticas públicas, é parte importante da viabilização e da sustentabilidade das iniciativas nesse campo.

A criação de dispositivos de amparo legal, de um fundo de recursos específicos para a área, da contratação de uma equipe qualificada para formar os agentes de crédito e demais gestores do Banco e o incentivo com as parcerias entre o Banco e a prefeitura tornam o Banco Mumbuca uma iniciativa viável de economia solidária, que pode se tornar importante referência na região em que atua e até no País. Tornar e manter iniciativas como o Mumbuca viáveis é parte importante de um plano estratégico rumo à consolidação da economia solidária como instrumento viável de políticas públicas, ou de parcerias entre os governos e a sociedade civil organizada.

5 CONCLUSÃO

Partindo dos pressupostos teóricos descritos nesta pesquisa, foi confirmada a suposição de que um banco comunitário que é criado por um processo exógeno nasce com a barreira da dificuldade de inserção na comunidade e, portanto, dificuldade para ser reconhecido por ela como um banco comunitário de fato.

Outro ponto de destaque foi a questão da viabilidade e da legitimidade do Banco. Apesar de se mostrar uma iniciativa viável, pois conta com recursos subsidiados pelo governo, originários dos royalties da exploração de petróleo na região, e também com alguma arrecadação de taxas - fruto das operações realizadas no comércio local com a utilização do cartão Mumbuca, o Banco Mumbuca não se apresenta legitimamente como um banco comunitário convencional, de acordo com a teoria vigente de bancos comunitários e economia solidária.

Pode-se afirmar isso, pois o banco não cumpre um requisito essencial desse tipo de iniciativa – ter sido pensado e criado por vontade e iniciativa da própria comunidade, que também não assumiu a autogestão do Banco. Sua concepção e criação não contou com nenhum tipo de participação e engajamento da comunidade, destacando que nenhuma das pessoas entrevistadas, tanto comerciantes credenciados quanto usuários, souberam dizer o que é um banco comunitário. Ou seja, apesar do Mumbuca se constituir como associação privada, faltou para o Mumbuca ser considerado um banco comunitário de fato que ele fosse pensado e criado pela comunidade, e que fosse também gerido por ela.

Mesmo não tendo sido criado pela comunidade, o ineditismo da iniciativa desse ser valorizado, pois é notória a relevância de um banco popular que partiu do governo municipal, utilizando recursos privados para uma finalidade social, voltado ao atendimento inclusivo e plural de pessoas mais pobres, ofertando microcrédito empreendedor a juro zero e contribuindo para que os recursos utilizados por meio da moeda Mumbuca permaneçam na cidade de Maricá, fomentando o comércio local.

Ainda há muito o que se observar e aprender com esse tipo de experiência, e o Mumbuca enfrentará as dificuldades e barreiras sem o amparo do acúmulo de conhecimento sobre experiências anteriores similares. Está sendo explorado um novo campo, uma nova modalidade de banco comunitário que traz consigo desafios específicos e inerentes do seu processo de concepção e criação que precisam ser enfrentados, se houver o desejo de garantir a viabilidade e sustentabilidade financeira e social da iniciativa.

6 REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. **Ideologias e Aparelhos Ideológicos do Estado**. Lisboa: Editorial Presença, 1970. 120 p.
- BITTENCOURT, B. L.; RONCONI, L. F. A. Políticas de Inovação Social e Desenvolvimento: o caso da Bolsa de Terras. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 50 (5), p. 795-818, set./out. 2016. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/64495/62405>>. Acesso em: 3 jun. 2017.
- CARVALHO, Daniela M.; ARAÚJO, Elaine A.; SALAZAR, Gérman Torres; FERREIRA, Roberto do N. Ênfase dos programas de microcrédito em sustentabilidade e viabilidade financeira: distanciamento do objetivo social de combate à pobreza? CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL - SOBER, 47, Porto Alegre, **Anais...**, Porto Alegre, 2009.

- DE PAULA, Ana Paula Paes. Guerreiro Ramos: resgatando o pensamento de um sociólogo crítico das organizações. **O&S**, Salvador, v. 14, n. 40, jan./mar. 2007. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/10877/7823>>. Acesso em: 10 ago. 2017.
- DINIZ, E. H. *et al.* Digital social money implementation by grassroots organizations: combining bottom-up and top-down strategies for social innovations. Proceedings of the 30th EGOS Colloquium, Reimagining, Rethinking, Reshaping: **Organizational Scholarship in Unsettled Times**, July 3–5, 2014. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2924690>. Acesso em: 12 ago. 2017.
- FRANÇA FILHO, G. C. Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras e conceitos. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 12, n. 1, p. 9 – 19, jun./2002. Disponível em: < <http://base.socioeco.org/docs/economiasolidria-fronteirasconceituais.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2018.
- FRANÇA FILHO, G. C. A temática da economia solidária e suas implicações originais para o campo dos estudos organizacionais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, p. 11-31, jan./fev. 2003. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6474>>. Acesso em: 13 jun. 2017.
- FRANÇA FILHO, G. C. Decifrando a Noção de Paraeconomia em Guerreiro Ramos: a atualidade de sua proposição. **O&S**, Salvador, v. 17, n. 52, p. 175-191, jan./mar. 2010. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/11100>>. Acesso em: 10 ago. 2017.
- FRANÇA FILHO, G. C. Teoria e Prática em Economia Solidária: problemática, desafios e vocação. **Civitas**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, jan.-jun. 2007. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/2041>>. Acesso em: 7 nov. 2017.
- FRANÇA FILHO, G. C.; SILVA JR, J. T. **Bancos Comunitários de Desenvolvimento**. In: Cattani *et al.* (coord.) Dicionário Internacional da Outra Economia, pp. 31-36. Coimbra, São Paulo: Almedina/CES, 2009.
- FRANÇA FILHO, G. C.; SILVA JR., J. T.; RIGO, A. S. *Solidarity finance through community development banks as a strategy for reshaping local economies: lessons from Banco Palmas*. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 47, n. 3, p. 500-5015, jul./ago./set. 2012. Disponível: <<https://www.revistas.usp.br/rausp/article/view/48230>>. Acesso em: 10 jul. 2017.
- GAIGER, L. I. G. A associação econômica dos pobres como via de combate às desigualdades. **Caderno CRH**, Salvador, v. 22, p. 563-580, set./dez. 2009. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18977/12334>>. Acesso em: 02 ago. 2017.
- INSTITUTO PALMAS. **O que é um banco comunitário**. Disponível em: <<http://www.institutobancopalmas.org/o-que-e-um-banco-comunitario/>>. Acesso em: 10 jul. 2017.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003. 311 p.

- MARCUSE, Herbert. **A Ideologia da Sociedade Industrial**. O Homem Unidimensional. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.
- MAROY, Christian. A análise qualitativa de entrevistas. In: ALBARELLO, Luc *et al.* **Práticas e métodos de investigação em ciências sociais**. 2. ed. Lisboa: Gradiva, 2005. Cap. 4. p. 117-155.
- MORAES, J.; MARIANO, S. R. H.; MANCEBO, R. C.; NARITOMI, H. Função e Multiplicação de Bancos Comunitários. **RIGS**, Salvador, v. 3, n. 2, p. 161-181, mai./ago. 2014. Disponível em:
<<https://portalseer.ufba.br/index.php/rigs/article/view/9892>>. Acesso em: 02 jul. 2017.
- POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**: as origens da nossa época. 2.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000. 337 p.
- PRESTA, S. R.; LANDABURU, L. S. Economía Social y Solidaria: paradojas de la "moneda social". **Ideias**, São Paulo, v.5, n. 2, set. 2014. Disponível em:
<<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/index/index>>. Acesso em: 4 jun. 2017.
- RAMOS, A. G. **A nova ciência das organizações**: uma reconceituação da riqueza das nações (tradução Mary Cardoso). 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1989. 210 p.
- RIGO, A. S.; FRANÇA FILHO, G. C.; LEAL, L. P. Bancos Comunitários de Desenvolvimento na Política Pública de Finanças Solidárias: Apresentando a Realidade do Nordeste e Discutindo Proposições. **Desenvolvimento em questão**, Salvador, a. 13, n. 31, pp. 70-107, jul./set. 2015. Disponível em: < <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/21895>>. Acesso em 23 out. 2018.
- SALAMON, Lester M.; HELMUT K. Anheier. **The International Classification of Nonprofit Organizations**: ICNPO-Revision 1, 1996. Working Papers of the Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project, n. 19. Baltimore: The Johns Hopkins Institute for Policy Studies, 1996. Disponível em: < http://asauk.org.uk/wp-content/uploads/2018/02/CNP_WP19_1996.pdf>. Acesso em: 30 out. 2018.
- SINGER, Paul. **Finanças Solidárias e Moeda Social** p. 69-78. In: *Perspectivas e Desafios para Inclusão Financeira no Brasil: visão de diferentes atores* (coord. Luiz Edson Feltrim, Elvira Cruvinel Ferreira Ventura, Alessandra von Borowski Dodl). Brasília: Banco Central do Brasil, 2009. 254 p. Disponível em:
<https://www.bcb.gov.br/Nor/Deorf/projincfin/livro_inclusao_financeira_internet.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2017.
- YIN, R. K. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos (trad. Daniel Grassi). 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. 205 p.